

DIREITO DO CONSUMIDOR E CONSUMISMO: Uma Revisão Sistemática da Literatura na Área de Ensino

Flávia Cipriani¹
Michelle Camara Pizzato²

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo mapear o conhecimento já elaborado quanto à produção acadêmica e científica relacionada ao ensino do Direito do Consumidor e do Consumismo. Trata-se de uma revisão sistemática a partir do estado da arte que utilizou a base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Primeiramente, descreveu-se o percurso metodológico para a seleção dos estudos que constituíram a amostragem final, atendendo aos critérios de inclusão. Depois disso, para facilitar a análise e discussão dos resultados, realizou-se a categorização dos temas pesquisados em três eixos, com os temas mais focalizados para: o Direito do Consumidor; o Consumo/Consumismo e a Educação Financeira. Foram analisados as abordagens metodológicas predominantes e os autores mencionados mais frequentemente nos estudos, além de terem sido apontados os objetivos e os resultados das pesquisas. Por fim, concluiu-se que é bastante escassa a produção científica em relação ao ensino de Direito do Consumidor, e que a sua abordagem de maneira integrada com os temas Consumismo e Educação Financeira pode ser uma estratégia válida para que o ensino da temática se aproxime da realidade dos estudantes, materializando-se em ações concretas e promovendo a cidadania por meio da efetivação dos direitos dos consumidores.

Palavras-chave: direito do consumidor; consumismo; educação financeira; ensino.

CONSUMER LAW AND CONSUMERISM: A SISTEMATIC LITERATURE REVIEW ON THE FIELD OF TEACHING

ABSTRACT

The main objective of this paper is to map out the knowledge already developed concerning academic and scientific production related to the teaching of Consumer Law and Consumerism. This is a systematic review based on the state of the art that used the database from the Capes Thesis and Dissertations Catalog. First, the methodological path for selecting the studies that constituted the final sample was described, meeting the inclusion criteria. After that, in order to facilitate the analysis and discussion of the results, the topics surveyed were categorized into three axes, of the themes more focused on: Consumer Law; Consumption / Consumerism; and Financial Education. The predominant methodological approaches and the authors most frequently mentioned in the studies were analyzed, in addition to having the objectives and results of the research been pointed out. Finally, it was concluded that the scientific production concerning the teaching of Consumer Law is quite scarce, and that its approach in an integrated way with the themes of Consumerism and Financial Education may prove to be a valid strategy for the teaching of the theme to get closer to the students' reality, materializing in concrete actions and promoting citizenship through the realization of consumer rights.

Keywords: consumer law; consumerism; financial education; teaching.

Submetido em: 6/6/2022

Aceito em: 24/8/2022

¹ Autora correspondente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Porto Alegre. R. Cel. Vicente, 281 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, Brasil. CEP 90030-041. <http://lattes.cnpq.br/9654046467562833>. <https://orcid.org/0000-0003-2951-6732>. flavia.cipriani@ifrs.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Porto Alegre. Porto Alegre/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6630822945379310>. <https://orcid.org/0000-0002-3394-1179>. michelle.pizzato@poa.ifrs.edu.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras menções a uma regulamentação formal das relações de consumo foram incluídas em alguns dispositivos na Constituição Federal de 1988, e sua regulamentação efetiva só se deu a partir da Lei nº 8.078 – o Código de Defesa do Consumidor (CDC), de 1990. Muito embora esses direitos estejam constituídos e regulamentados pela lei, na prática observa-se constantemente a violação de tais direitos. Isso deve-se em boa parte ao profundo desconhecimento dos próprios consumidores, seus beneficiários potenciais, o que contribui ainda mais para que esse desequilíbrio nas relações de consumo se perpetue.

Soma-se a esse desequilíbrio a realidade da “Sociedade de Consumidores” em que vivemos, que estimula um comportamento consumista. O que se observa, em termos de comportamento, é que o consumismo é bastante presente nos hábitos dos consumidores, que agem por impulso na busca do sentimento de pertencimento que a mera inclusão na categoria de consumidor proporciona.

A mídia tem um papel importante nesse cenário, pois ao transmitir apelos comerciais intensos por meio de propagandas, favorece e incentiva essa noção de que somos o que consumimos. Ademais, muitas vezes se observa que os próprios veículos de comunicação chancelam e legitimam práticas comerciais abusivas. Uma das maneiras de promover uma consciência de consumo é a apropriação, por parte dos consumidores, de noções de planejamento e educação financeira, de modo a melhor gerir o orçamento familiar e não superestimar a real capacidade de compra.

Desenvolver a habilidade de gerenciar o orçamento e as finanças familiares pode prevenir diversas situações indesejáveis, em especial o superendividamento, em uma realidade econômica na qual os créditos muitas vezes são facilitados ao extremo, justamente para conduzir a esse endividamento.

Tendo como motivação a problemática apresentada, surgiu o interesse de pesquisar sobre a efetividade de se desenvolver um jogo pedagógico que trabalhasse conceitos relacionados às temáticas Direito do Consumidor e Consumismo, promovendo o aprendizado desses temas de maneira que se vinculassem à realidade dos estudantes, porém de forma lúdica e dinâmica.

A abordagem dessas temáticas de modo transdisciplinar e interdisciplinar por meio de um jogo pedagógico privilegia a integração dos saberes, considerando o ser humano como um todo, um indivíduo capaz de articular diversas áreas do conhecimento. Sobre transdisciplinaridade afirmam Skrsypcsak e Franzen (2019, p. 95):

A metodologia transdisciplinar colabora na promoção da alteridade e do respeito ao pensamento do outro. Constitui-se num princípio epistemológico com base no sujeito visto como um ser humano integral e integrado numa dinâmica complexa. [...].

No tocante à interdisciplinaridade, Vieira e Rocha (2018) utilizam-se da teoria de Freire (2015) para afirmar que o conhecimento passa pela intercomunicação e não pela mera transferência de conhecimentos. Assim, a viabilidade do aprendizado inter-

disciplinar depende da intercomunicação e também da inter-relação existente entre as disciplinas, os sujeitos e o mundo em constante mudança.

Esse estudo faz parte do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), realizado no *campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), e está sendo desenvolvido com alunos do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Administração, mais especificamente na Educação de Jovens e Adultos.

Antes de iniciar-se a pesquisa propriamente dita, as autoras julgaram essencial que se verificasse se os temas “ensino do Direito do Consumidor” e “ensino relacionado ao Consumismo e/ou Consumo Responsável” com alunos do Ensino Médio já haviam sido objeto de produção acadêmica e científica. Da mesma forma, verificou-se a necessidade de pesquisar se essas temáticas já haviam sido trabalhadas na perspectiva do ensino interdisciplinar.

Desse modo, para subsidiar de forma mais completa a pesquisa, realizou-se a investigação da produção acadêmica e científica relacionada a essas áreas de conhecimento, constituindo-se, assim, um recorte da pesquisa de Mestrado mencionada, pois o desenvolvimento de um jogo pedagógico com as temáticas Direito do Consumidor e Consumismo teria a capacidade de prover uma experiência de aprendizado concreta, com aplicações e implicações práticas na vida dos estudantes.

Diante do exposto, pela relevância das temáticas e sua potencial capacidade de provocar reflexões no campo estudado, o presente artigo tem por objeto conhecer a produção do conhecimento já elaborado quanto à produção acadêmica e científica relacionada ao ensino do Direito do Consumidor e Consumismo, com especial atenção às metodologias de pesquisa utilizadas, principais teóricos, objetivos e resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Direito do Consumidor como ferramenta de defesa diante dos abusos existentes nas relações consumeristas foi o resultado de uma evolução que ocorreu ao longo do tempo. Desde os primórdios verificaram-se traços desse direito, podendo ser mencionados artigos do próprio Código de Hamurabi,³ que demonstravam a preocupação com as relações de consumo. O mencionado Código trazia alguns dispositivos que regulavam o comércio e a prestação de serviços. Exemplificativamente, no artigo 229 do Código constava que seria aplicada a pena capital para o pedreiro que edificasse uma casa cujo desmoronamento causasse a morte de seu dono; e o artigo 233 determinava que caso um muro da casa ruísse, por não ter sido fortificado, a responsabilidade de refazê-lo também caberia ao pedreiro (CANTELMO, 2021).

No Brasil, a industrialização crescente entre as décadas de 60 e 70 do século 20, acompanhada de crises econômicas, e a conseqüente impossibilidade de acesso pela população, inclusive a bens de necessidade primária, fizeram com que muitos movimentos sociais se organizassem na busca dos direitos dos consumidores. Como

³ O Código de Hamurabi foi o primeiro conjunto de leis escritas que vigorou na antiga Mesopotâmia no século 18 a.C., escrito provavelmente pelo rei Hamurabi em aproximadamente 1772 a.C. (CANTELMO, 2021).

resultado, registrou-se na década de 70 o surgimento dos primeiros órgãos de defesa do consumidor. Já a década de 80 foi marcada pelos inúmeros movimentos consumeristas e pelas intensas discussões quanto à inclusão do Direito do Consumidor na Constituição Federal que estava em processo de elaboração.

Assim, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXXII, prevê que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” (BRASIL, 1988). Também na Carta Magna, o Inciso V do artigo 170 inclui o direito do consumidor como um dos princípios que devem ser observados para a manutenção da ordem econômica (BRASIL, 1988).

A concretização do instrumento jurídico para a proteção do consumidor, contudo, que é a parte vulnerável na relação de consumo, deu-se efetivamente com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), a Lei nº 8.078/1990, que objetiva o reequilíbrio da relação jurídica entre fornecedor e consumidor, invariavelmente desigual (BRASIL, 1990).

O CDC traz vários mecanismos de proteção para o consumidor, e os mais utilizados são: o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e as agências reguladoras. O SAC incentiva o contato do consumidor com a própria empresa para a resolução do conflito, enquanto que as agências reguladoras atuam como uma sentinela para coibir abusos na prestação de serviços públicos realizados por empresas privadas, como os de telefonia – Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), energia elétrica – Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), fornecimento de água – Agência Nacional de Águas (ANA), e aviação civil – Agência Nacional de Aviação Civil – (Anac).

A maior dificuldade para a concretização da proteção aos consumidores, porém, é o fato de a maioria das pessoas desconhecerem os seus direitos como consumidores. Nesse aspecto, o papel do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) é justamente fazer a ponte entre o consumidor e seus direitos. Conforme consta no *website consumidor.gov.br*, criado pelo Ministério da Justiça:

Os Procons são órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa do consumidor, criados especificamente para este fim, com competências, no âmbito de sua jurisdição, para exercer as atribuições estabelecidas pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e pelo Decreto nº 2.181/97. São, portanto, órgãos que atuam no âmbito local, atendendo diretamente os consumidores e monitorando o mercado de consumo local, tendo papel fundamental na execução da Política Nacional de Defesa do Consumidor (BRASIL, 2021).

A regulamentação das relações de consumo é, desse modo, a razão de ser do CDC. Para Bauman (2011), o consumo está intrinsecamente ligado à própria vida, tratando-se de uma necessidade. Todo o ser humano é considerado consumidor enquanto viver, e a própria definição de consumo está intrinsecamente ligada aos verbos “usar”, “comer”, “ingerir”, “gastar”, etc. (BAUMAN, 2011).

Já o consumismo, de acordo com a definição no dicionário Caldas Aulete (2021), é o “hábito, desejo compulsivo (individual) ou tendência (social) de consumir, de adquirir bens de consumo, ger. muito além das necessidades práticas efetivas”. Além disso, o consumismo ou “a tendência a situar a preocupação com o consumo no centro de todos os demais focos de interesse e quase sempre como aquilo que distingue o foco último desses interesses” (BAUMAN, 2011, p. 69), é definido como um produto

social, que extrapola em muito o mero consumo, pois não está mais ligado apenas à simples sobrevivência, mas centrado na tarefa de transformar os seres humanos em consumidores pura e simplesmente, rebaixando os demais aspectos a um plano inferior.

Uma das formas de se combater a tendência ao consumismo e suas consequências surge por meio da educação financeira que, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é definida como

[...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro (2005).

De acordo com Campos, Teixeira e Coutinho (2015), no ambiente escolar a educação financeira deve objetivar : a) o entendimento das funcionalidades do mercado financeiro e a influência – benéfica ou maléfica – dos juros na vida dos cidadãos; b) a prática do consumo consciente, para que se evitem as compulsões consumistas; c) o correto aproveitamento das oportunidades de financiamento à disposição dos cidadãos; d) a utilização consciente do crédito, sem superendividamento; e) a compreensão da relevância e dos benefícios da elaboração do orçamento pessoal e familiar; f) a identificação da poupança como meio de realizar projetos e sonhos; g) a organização e manutenção de uma boa gestão financeira pessoal; h) o auxílio na disseminação das boas práticas financeiras no círculo familiar e de amizades; i) o desenvolvimento de uma atitude de prevenção/planejamento para imprevistos; j) o planejamento para a futura aposentadoria.

Pode-se afirmar, neste viés, que a educação financeira representa uma ferramenta no contexto das relações de consumo, visto que permite a identificação de riscos financeiros e de relações de consumo em desequilíbrio, possibilitando ao cidadão a busca pela defesa de seus direitos como consumidor.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo revisão sistemática, que se mostra adequada ao objetivo desta pesquisa, por revelar-se capaz de promover o acesso aos principais resultados das produções acadêmicas e científicas realizadas, disponíveis em bases de dados, sistematizando as informações, de modo a traçar um panorama geral dos achados. Além disso, possibilita a identificação dos aspectos quantitativos e qualitativos dos estudos, permitindo uma análise das principais abordagens realizadas pelos autores, bem como das conclusões apresentadas.

A base de dados investigada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, por meio do *website* <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Para essa análise foi considerada apenas a produção acadêmica de 2014 a 2018, ou seja, dos cinco anos anteriores à época da pesquisa, realizada em 2019, que contivesse em seu *corpus* de estudo temas que abordassem o Direito do Consumidor, o Consumismo/Consumo e a Educação Financeira, com ênfase nas produções das áreas de Ensino e/ou Educação.

Foi realizada uma busca sistemática durante os meses de janeiro a julho de 2019, utilizando, de modo individualizado, os seguintes descritores: “Direito do Consumidor”, “Consumismo”, “Consumo” e “Educação Financeira”. Esses descritores foram utilizados em separado, pois o interesse de investigação era proporcionar uma maior individualização dos trabalhos, de modo a identificar toda e qualquer produção científica e acadêmica que tivesse o ensino dessas temáticas como objeto. Em vista disso, serão informados em separado também os resultados de cada uma das pesquisas com os descritores citados, realizadas na base de dados de teses e dissertações da Capes.

Com o descritor “Direito do Consumidor”, sem a utilização de qualquer filtro, a pesquisa resultou em 449 materiais. Refinando a pesquisa com a restrição do período de 2014 a 2018, foram localizados 146 resultados. De modo a promover a redução do número de resultados localizados e possibilitar uma análise mais atenta, pensou-se em utilizar o filtro por Área de Concentração, com a marcação das opções que contivessem “Educação” e “Ensino” no título da área de concentração, em razão de que o objeto de estudo pretende investigar a perspectiva do ensino dessas temáticas.

Para esse descritor, no entanto, não havia nenhuma opção de Área de Conhecimento que contivesse “Educação” ou “Ensino” em seu título, o que gerou a necessidade de leitura dos títulos das dissertações e teses para a seleção dos que melhor se adequassem ao estudo, especialmente para nortear a abordagem das questões mais relevantes e recorrentes relacionadas ao Direito do Consumidor. Com a leitura dos títulos, foi possível selecionar 68 trabalhos. Por fim, com a leitura dos resumos e a identificação dos trabalhos que possuíam a divulgação autorizada no banco de dados da Capes, chegou-se ao número final de 30 trabalhos.

Ressalta-se que essa mesma metodologia de pesquisa na base de dados foi utilizada para os demais termos descritores. Para o descritor “Consumismo”, que teve um resultado inicial total de 535 pesquisas, obteve-se uma redução para 269 resultados com a delimitação do período de 2014 a 2018. E refinando com a marcação das opções que contivessem “Educação” ou “Ensino” no título da Área de Conhecimento, obteve-se a diminuição para 49 resultados. A partir da leitura dos títulos das teses e dissertações, foi possível reduzir para 19 trabalhos, obtendo-se, após a análise dos resumos, o número final de 12 pesquisas.

Identificou-se, no entanto, que a utilização dos descritores citados, com a filtragem por área de conhecimento, poderia ser insuficiente para se buscar todo o arcabouço de produção científica pertinente à temática do consumismo, visto que muitas vezes ocorre a utilização do termo “Consumo” em seu lugar. Dessa forma, promoveu-se a pesquisa desse termo como descritor, obtendo-se a princípio um resultado total bastante robusto de 56.363 trabalhos. Após a limitação do período para os anos de 2014 a 2018, restaram 23.012 pesquisas. Com a seleção do filtro por Área de Conhecimento das opções que contivessem “Educação” e “Ensino”, chegou-se a 166 trabalhos. A partir da leitura atenta dos títulos destes, reduziu-se seu número para 53 resultados. E ainda, com a análise dos resumos das teses e dissertações, chegou-se ao número de 31 pesquisas para esse descritor.

Além disso, como é costumeiro que nos estudos relacionados às temáticas consumismo e consumo sejam abordados também aspectos relativos à educação

financeira, e com a intenção de tornar a busca o mais abrangente possível para o alcance dos objetivos desse estudo, optou-se por realizar a pesquisa na base de dados da Capes utilizando-se igualmente “Educação Financeira” como termo descritor. Os resultados iniciais apontaram um total de 266 trabalhos que, após a limitação do período para 2014 a 2018, reduziram-se a 230. Finalmente, com a aplicação do filtro por Área de Conhecimento, e a seleção dos títulos que contivessem “Educação” ou “Ensino”, obteve-se 93 resultados. Após a leitura dos títulos de maneira individualizada, ocorreu a redução para 57 estudos e a leitura de seus resumos oportunizou a diminuição para 27 trabalhos.

No total geral, somando-se os resultados obtidos individualmente para cada um dos descritores utilizados – “Direito do Consumidor”, “Consumismo”, “Consumo” e “Educação Financeira” – foram destacados cem trabalhos para uma leitura mais aprofundada, que levasse à seleção definitiva do *corpus* para essa revisão de literatura.

Em síntese, a análise empreendida durante todo o processo de seleção dos estudos e para todos os descritores, foram utilizados como critérios de inclusão, os seguintes: a abordagem das temáticas sob a ótica necessária para o estudo; os estudos compreendidos no período dos cinco anos anteriores à pesquisa, ou seja, de 2014 a 2018 e estudos que estivessem acessíveis, em sua íntegra, no banco de dados pesquisado, o que possibilitaria uma análise em profundidade de seu conteúdo.

De modo geral, para todos os descritores e durante todo o processo de seleção dos trabalhos, os critérios utilizados para a exclusão foram: a não abordagem das temáticas sob a ótica necessária para o estudo e os estudos desenvolvidos em período de tempo anterior ao intervalo dos cinco anos anteriores à pesquisa (2014 a 2018). Em relação aos descritores para os quais foi possível selecionar as Áreas de Conhecimento vinculadas ao Ensino e/ou Educação, ou seja: “Consumismo”, “Consumo” e “Educação Financeira”, durante todo o processo de seleção das pesquisas, foram utilizados também como critérios de exclusão: pesquisas que não fossem direcionadas ao Ensino Médio; estudos com foco muito amplo e não tão ligado às temáticas principais dessa investigação; trabalhos que constituíssem análises puramente teóricas, sem envolver aspectos pedagógicos.

Após a leitura detalhada, com base nos critérios de inclusão e exclusão descritos e com foco nos objetivos e resultados das pesquisas, chegou-se ao número final de 14 trabalhos selecionados, ou seja, 2 teses e 12 dissertações, considerados principais para atender aos objetivos da presente investigação. Ressalta-se que alguns dos trabalhos selecionados apareceram nos resultados obtidos pela pesquisa em mais de um descritor, informação que será detalhada no Quadro 1, e seus dados serão analisados no item Categorização dos Estudos deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que fosse possível a visualização dos 14 trabalhos selecionados de forma mais clara, estes foram dispostos no Quadro 1. Também foram numerados em ordem cronológica de acordo com a data de sua defesa, para facilitar a sua menção quando da análise dos dados. Assim, o Quadro 1 contém as seguintes informações: Autor/ano; tipo

de estudo (T: tese ou D: dissertação); descritor(es); os(as) principais teóricos(as) que deram suporte às pesquisas e os conceitos a estes vinculados.

Quadro 1 – Estudos selecionados para a pesquisa

Autor(a)/Ano	Tipo de Estudo	Descritor Ou Descritores	Principais teóricos/conceitos vinculados
1. AMORIM, 2014	D	EF	D'AMBROSIO, Ubiratan – o ensino integrando a teoria e à prática FREIRE, Paulo – a dialogicidade e a integração teoria/prática para uma pedagogia emancipadora SKOVSMOSE, Ole – a integração entre a educação matemática e a educação crítica para a cidadania
2. ALBUQUERQUE, 2015	D	DC	BAUDRILLARD, Jean – a mercadoria como signo na Sociedade de Consumo BAUMAN, Zygmunt – a relevância central do consumo e o fim da cidadania CANCLINI, Nestor G. – a relação entre a cidadania e o consumo RIOS, Josué – a construção e o avanço do movimento consumerista no Brasil
3. CARVALHO, 2015	Tese	DC	BAUDRILLARD, Jean – o conceito de mercadoria-signo BAUMAN, Zygmunt – a Sociedade de Consumidores na Modernidade Líquida LIPOVETSKI, Gilles – o consumo como forma de compensação; o hiperconsumo e o superendividamento FOXALL, Gordon Robert – modelo na perspectiva comportamental para análise do comportamento do consumidor
4. BATISTA, 2015	D	DC	BAUMAN, Zygmunt – o desempenho consumista como fator de inclusão ou exclusão da sociedade LIPOVETSKI, Gilles – a moda em uma sociedade centrada na expansão das necessidades SARLET, Ingo Wolfgang – o mínimo existencial para a garantia da dignidade humana
5. GOMES, 2015	D	DC	MARX, Karl – a mercadoria como satisfação das necessidades de substância e das necessidades de elementos de luxo SARLET, Ingo Wolfgang – o efeito vertical dos direitos fundamentais no âmbito do Direito Privado WEBER, Max – a industrialização e o consumo
6. FERNANDES, 2016	D	CSMI	BAUMAN, Zygmunt – o consumo como atividade banal e o consumismo como atributo da sociedade FREIRE, Paulo – a importância do diálogo na verdadeira educação SAVIANI, Demerval – o conceito de politecnicidade SKOVSMOSE, Ole – a educação matemática crítica integrada ao cotidiano

7. CARQUI, 2016	D	DC	BAUMAN, Zygmunt – o crédito como forma de perpetuação da cultura consumista DUQUE, Marcelo Schenk – direitos fundamentais e suas repercussões no direito do consumidor MORIN, Edgar – a diferença entre informação e conhecimento
8. WADA, 2017	T	DC	MÜLLER, Friedrich – A Teoria Estruturante do Direito na concretização das normas jurídicas BENJAMIN, Antônio Herman – Práticas abusivas e o Código de Defesa do Consumidor MARQUES, Claudia Lima – disposições relativas a contratos no Código de Defesa do Consumidor
9. ZDRADEK, 2017	D	CONS	BAUMAN, Zygmunt – a comodificação do indivíduo e a dependência do crédito FISCHER, Rosa Maria Bueno – a mídia como dispositivo pedagógico FOUCAULT, Michel – os sistemas de educação como maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos
10. VILLA, 2017	D	EF	AUSUBEL, David – Teoria da Aprendizagem Significativa MOREIRA, Marco Antônio – condições para que a aprendizagem significativa ocorra
11. MASSANTE, 2017	D	CONS EF	BAUMAN, Zygmunt – o marketing como incentivador do consumismo na sociedade de consumidores LINS, Romulo Campos – Modelo dos Campos Semânticos para a leitura da produção de significados
12. SANTOS, 2017	D	EF	BAUMAN, Zygmunt – o consumismo, a sociedade de consumo e a modernidade líquida LINS, Romulo Campos – o Modelo dos Campos Semânticos para a análise das produções de significados dos sujeitos da pesquisa SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford – a importância de educar financeiramente a população
13. SILVA, V. H. B. C., 2017	D	CONS CSMI EF	BAUMAN, Zygmunt – o consumismo atrelado à vida líquida LINS, Romulo Campos – o Modelo dos Campos Semânticos para a criação de um espaço comunicativo em sala de aula SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford – o papel da educação financeira dos estudantes na tomada de decisões financeiras
14. SILVA, A. J., 2018	D	EF	D'AMBROSIO, Ubiratan – o ensino da matemática integrado à realidade do indivíduo FREIRE, Paulo – o Educador Democrático no reforço à capacidade de pensar e agir e a dialogicidade da educação SKOVSMOSE, Ole – a função social da Educação Matemática Crítica

Legenda 1: D= Dissertação T=Tese.

Legenda 2: CONS= Consumo CSMI= Consumismo DC = Direito do Consumidor EF = Educação Financeira

Fonte: As autoras (2019).

Categorização dos estudos

A análise da distribuição dos trabalhos selecionados por descritor revelou que a maioria desses, 6 estudos, foi localizada com o descritor “Direito do Consumidor”, que não apresentou resultados em comum com as pesquisas dos demais termos. De modo diverso, porém, nos 8 estudos restantes, para os descritores “Consumismo/Consumo” e “Educação Financeira” houve uma sobreposição de resultados, posto que alguns dos trabalhos surgiram como resposta à pesquisa em mais de um dos descritores. Assim, o estudo 11 (MASSANTE, 2017) despontou nas pesquisas pelos descritores “Consumo” e “Educação Financeira”; enquanto que o estudo 13 (SILVA, 2017) apareceu como resultado nas pesquisas pelos descritores “Consumo”, “Consumismo” e “Educação Financeira”.

De todo modo, após essas considerações preliminares, e para que fosse possibilitada a categorização e análise dos trabalhos selecionados, optou-se pela separação das categorias por descritor principal, alocando-se os estudos com sobreposição de resultados no descritor que melhor se conjugasse com o cerne da referida pesquisa. Com base nisso, ambos os trabalhos (11 e 13) foram alocados no descritor “Consumo”.

Após isso, retomou-se a análise da distribuição dos trabalhos selecionados por descritor principal que já havia revelado que 6 estudos – a maioria – tinha sido localizada com o descritor principal “Direito do Consumidor”. Em relação aos demais descritores, após a eleição do descritor principal para os trabalhos com sobreposição de resultados, verificou-se que “Consumismo/Consumo” e “Educação Financeira” foram os localizadores de 4 estudos cada um.

A partir dessa divisão por descritores, obtivemos as três categorias que serão analisadas em itens específicos na sequência deste trabalho: a) Temas mais focalizados para o Direito do Consumidor (6 estudos); b) Temas mais focalizados em relação ao Consumismo/Consumo (4 estudos) e c) Temas mais focalizados para a Educação Financeira (4 estudos).

Em relação à categoria “a” – dos temas mais focalizados para o Direito do Consumidor – analisando-se os títulos dos trabalhos aliados à sistematização dos dados, foi possível promover a categorização dos temas abordados em dois eixos: a.1) Instrumentos de Defesa do Consumidor (3 estudos) e a.2) O Direito do Consumidor com ênfase no Consumo Consciente (3 estudos).

Quanto aos temas mais focalizados em relação ao Consumo/Consumismo – categoria “b” – foi possível vislumbrar dois enfoques: b.1) Ferramentas para lidar com o Consumismo (3 estudos) e b.2) Análise sobre o Consumo (1 estudo).

E por fim, no que respeita à categoria “c” – dos temas mais focalizados para a Educação Financeira – a totalidade das pesquisas (4 estudos) selecionados voltou-se para o desenvolvimento de atividades práticas, com intervenção pedagógica, não tendo sido necessário, pois, a subdivisão dessa categoria em eixos.

Principais teóricos e conceitos vinculados

Quanto às bases teóricas realizou-se, também no Quadro 1, o levantamento dos principais autores utilizados em cada um dos 14 trabalhos e dos conceitos principais apresentados pelos pesquisadores em suas teses e dissertações, que se relacionassem com o objeto de investigação deste trabalho. Foram considerados na análise, no entanto, detalhada dos conceitos apresentados, apenas os teóricos que foram mencionados em ao menos três dos estudos selecionados.

Nesse sentido, verificou-se que o autor que compôs o corpo teórico da maioria dos trabalhos foi o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, tendo sido citado em 9 dos 14 trabalhos (estudos 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12 e 13). Já o educador brasileiro Paulo Freire apareceu como teórico em 3 estudos (1, 6 e 14). Do mesmo modo, o professor doutor dinamarquês Ole Skovsmose foi mencionado em 3 estudos (1, 6 e 14) e o professor doutor brasileiro Romulo Campos Lins constou também em 3 das pesquisas (11, 12 e 13).

O foco dos trabalhos que tomaram por base a obra de Zygmunt Bauman foi, em sua maior parte, a abordagem de temas relacionados ao consumismo, o consumo e à modernidade líquida, como se vê no estudo 12 (SANTOS, 2017). Presente no estudo 13, a ideia de atrelamento do consumismo à vida líquida (SILVA, 2017), e a exposição da situação da sociedade de consumidores na modernidade líquida está presente no estudo 3 (CARVALHO, 2015).

Por outro ângulo, e ainda com base nas teorias do sociólogo polonês, o caráter excludente ou incluyente do consumo como caracterizador de cidadania e de pertencimento à sociedade fica evidenciado nos estudos 2 (ALBUQUERQUE, 2015), 4 (BATISTA, 2015), 6 (FERNANDES, 2016). E por fim, aspectos como o *marketing* de incentivo ao consumismo, a comodificação do indivíduo e a dependência do crédito de modo a perpetuar uma cultura consumista são abordados nos estudos 7, (CARQUI, 2016), 9 (ZRADREK, 2017) e 11 (MASSANTE, 2017).

Em relação à obra do educador Paulo Freire, verificou-se que os pesquisadores voltaram-se primordialmente à questão da dialogicidade na educação, sendo que o estudo 1 abordou a dialogicidade e a integração da teoria com a prática objetivando uma pedagogia emancipadora (AMORIM, 2014); o estudo 6 focou na importância do diálogo para a promoção da verdadeira educação (FERNANDES, 2016); e o estudo 14 trouxe a figura do Educador Democrático como forma de reforçar as capacidades de pensar e agir dos estudantes, tendo tratado também da dialogicidade da educação (SILVA, 2018).

As pesquisas que utilizaram os conceitos de Ole Skovsmose voltaram sua atenção para a matemática crítica, observando-se que o estudo 1 tratou da integração entre a educação matemática e a educação crítica para a cidadania (AMORIM, 2014); o estudo 6 focou na integração ao cotidiano da educação matemática crítica (FERNANDES, 2016) e o estudo 14 abordou mais especificamente a função social da Educação Matemática Crítica (SILVA, 2018).

Todos os trabalhos que utilizaram Romulo Campos Lins como embasamento teórico detiveram-se no conceito do Modelo dos Campos Semânticos (MCS), tanto

na utilização do modelo para a leitura de produção de significados, apresentada nos estudos 11 (MASSANTE, 2017) e 12 (SANTOS, 2017), quanto na aplicação do MCS para a criação de um espaço comunicativo em sala de aula, de acordo com o estudo 13 (SILVA, 2017).

Abordagem metodológica, objetivos e principais achados por categoria

Para facilitar a análise das informações relativas às abordagens metodológicas, aos objetivos de cada um dos estudos e também seus principais achados, sistematizou-se no Quadro 2 a seguir o conjunto de dados obtidos com a leitura das produções acadêmicas que constituíram a amostra final desta pesquisa, com foco nos objetivos das investigações e seus principais achados e contribuições. Foi mantida a mesma sequência numérica do Quadro 1 anterior, para as necessárias menções aos estudos.

Quadro 2 – Abordagem metodológica, objetivos e principais resultados

Título/Autor(a)/ Descriptor Principal	Objetivo(s)	Abordagem metodológica: procedimento e natureza	Resultados/Conclusões
1. Educação Matemática Financeira por meio de Sequências Didáticas: Estudo de Caso sobre duas aplicações cotidianas (AMORIM, 2014) / “educação financeira”	Construir, aplicar e validar duas Sequências Didáticas com temas da Educação Financeira e avaliar a postura dos alunos diante de questões que envolvem situações reais relacionadas às finanças.	Pesquisa-ação qualitativa	Os alunos conseguiram aprender e aplicar os conceitos propostos por meio das Sequências Didáticas desenvolvidas, tendo sido consideradas de fácil aplicação e adaptáveis à realidade de diversos públicos, tais como o ensino regular e a EJA (carentes de materiais específicos para sua modalidade).
2. Reclame Aqui: a Sociedade de Consumo e o Direito do Consumidor como instrumento de mobilização social no século XXI (ALBUQUERQUE, 2015) / “direito do consumidor”	Investigar o movimento em defesa do consumidor presente na plataforma colaborativa do site Reclame Aqui.	Estudo de caso qualitativo	A plataforma colaborativa Reclame Aqui confirma a função do Direito como força motriz da construção do ciberespaço como ambiente de defesa do consumidor, dá força organizacional e voz para seus usuários, exercendo um papel fundamental para o movimento em defesa do consumidor no século 21.
3. Consumo e (Super) Endividamento: Vulnerabilidade e Escolhas Intertemporais (CARVALHO, 2015) / “direito do consumidor”	Analisar o endividamento do indivíduo e suas decisões econômicas que envolvem recompensas atrasadas, relacionando-os com os seus níveis.	Estudo de caso qualitativo e quantitativo	O processo de endividamento e superendividamento evolui até gerar o colapso econômico. Fundamental, pois, a abordagem e análise da Economia Comportamental do Direito, cujas conclusões levam ao avanço do fundamento da vulnerabilidade e da proteção do consumidor superendividado.

<p>4. A Efetivação das Normas de Consumo como Fator de Proteção Social (BATISTA, 2015) / “direito do consumidor”</p>	<p>Analisar e demonstrar a possibilidade da proteção social do consumidor vulnerável, por meio da efetivação das normas de consumo.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e documental qualitativa</p>	<p>A devida aplicação e efetivação das normas jurídicas regulamentadoras da relação de consumo é essencial para a proteção social do consumidor vulnerável, e o principal desafio para sua concretização é a conscientização de consumidores e fornecedores para o equilíbrio das relações entre estes.</p>
<p>5. A Defesa Administrativa do Consumidor: Um Caminhar no Espaço Físico e Virtual (GOMES, 2015) / “direito do consumidor”</p>	<p>Analisar o modo como a administração pública hodiernamente efetiva o direito fundamental de defesa do consumidor.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e documental qualitativa</p>	<p>A administração pública, seja representada pelas Agências Reguladoras, pelo Procon ou pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor realiza diversas atividades de defesa ao vulnerável no plano físico. Mas é urgente a necessidade de ações protetivas no espaço digital, com o atendimento das necessidades do mercado e o alcance à totalidade dos consumidores.</p>
<p>6. Educação Matemática Financeira: Uma Abordagem Socioeconômica no 2º ano do Ensino Médio Politécnico (FERNANDES, 2016) / “consumismo”</p>	<p>Investigar se o ensino da Matemática Financeira, contextualizado à vida dos alunos, contribui de forma satisfatória para a aprendizagem e formação crítica deste.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>Não é possível afirmar que todos os alunos, a partir da pesquisa, tornaram-se cidadãos contrários à sociedade de consumidores, porém certamente o trabalho em sala de aula lhes possibilitou conhecer o funcionamento das transações econômicas e alertá-los da existência de uma política capitalista que tem por objetivo massificar a sociedade por meio do consumo e da insaciabilidade.</p>
<p>7. Princípio do Crédito Responsável: Evitabilidade do Superendividamento e Promoção da Pessoa Humana na Sociedade de Consumo (CARQUI, 2016)/ “direito do consumidor”</p>	<p>Apresentar a necessidade de uma nova concepção tridimensional do crédito, necessária à proteção dos consumidores inseridos na etapa de radicalização da sociedade de consumo.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica qualitativa</p>	<p>A necessidade de se imprimir padrões de eticidade e de alteridade nas relações de consumo substancia a possibilidade de um princípio que valore relações de crédito, impondo responsabilidades e critérios de solidariedade na relação contratante X contratado. A construção de um direito emancipatório depende da concretização desses valores pelo princípio do crédito responsável.</p>
<p>8. A proteção do consumidor contra as práticas comerciais abusivas no código de defesa do consumidor: novo ensaio para sistematização e aplicação do direito do consumidor (WADA, 2017) / “direito do consumidor”</p>	<p>Sistematizar a proteção do consumidor contra as práticas comerciais abusivas e apresentar uma proposta de aplicação que assegure o desenvolvimento e a efetiva defesa dos consumidores.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e documental qualitativa</p>	<p>A aplicação da sistematização do regime de proteção do consumidor contra as práticas comerciais abusivas propicia uma nova abordagem para o direito do consumidor, objetivando fortalecer a segurança jurídica, e promover a proteção dos consumidores.</p>

<p>9. Olha o meu post! Juventudes em tempos líquidos: um estudo sobre consumo e artefatos culturais das mídias digitais (ZDRADEK, 2017)/ "consumo"</p>	<p>Compreender como o consumo, por meio de diversos artefatos culturais, educa e produz as juventudes em tempos líquidos.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>Os lugares convencionados de comunicação em rede sugerem que a organização dos corpos jovens em convenções digitais trabalham enquanto produtivas máquinas de ver-se, comunicar-se, expressar-se e adotar ou rechaçar estilos e modos de ser que lhe tragam a satisfação dos desejos e das necessidades priorizados a partir da lógica do consumo.</p>
<p>10. Educação financeira no Ensino Médio: uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel (VILLA, 2017)/ "educação financeira"</p>	<p>Apresentar uma sequência didática na área de educação financeira para o ensino médio, aliando os conteúdos teóricos de matemática aos aplicados na educação financeira.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>O desenvolvimento da sequência didática alcançou os objetivos propostos, pois os estudantes demonstraram a compreensão genuína dos conceitos estudados, identificando-os, diferenciando-os e transferindo-os a novos contextos.</p>
<p>11. Educação Financeira Escolar: as armadilhas presentes na mídia induzindo o consumismo (MASSANTE, 2017)/ "consumo"</p>	<p>Elaborar um produto educacional constituído por um conjunto de tarefas para estudantes do 2^a ano do Ensino Médio, com foco na discussão sobre as armadilhas da mídia que estimula o consumismo desenfreado.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>Além de se mostrarem bons leitores, os sujeitos de pesquisa identificaram as mensagens subliminares e se posicionaram criticamente sobre elas. Além disso, as tarefas despertaram a atenção dos estudantes para as questões de influenciam o consumismo.</p>
<p>12. Educação Financeira e Educação Matemática: Inflação de Preço no Ensino Médio (SANTOS, 2017)/ "educação financeira"</p>	<p>Pesquisar acerca do ensino do tema inflação de preços para estudantes do Ensino Médio em salas de aula de Matemática, subsidiando o desenvolvimento de tarefas e ações propositivas para o trabalho docente.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>Os estudantes efetivamente discutiram as questões propostas, o que garantiu o alcance de seu objetivo, que era estimular a produção de significado sobre inflação e desvalorização do dinheiro para os estudantes.</p>
<p>13. Educação Financeira Escolar: os riscos e as armadilhas presentes no comércio, na sociedade de consumidores (SILVA, V. H. B. C., 2017)/ "consumo"</p>	<p>Desenvolver um conjunto de tarefas para a sala de aula do Ensino Médio com a finalidade de ensinar sobre os riscos e as armadilhas presentes no comércio.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>O conjunto de tarefas desenvolvido se mostrou adequado para promover o interesse e o despertar dos alunos para as armadilhas presentes no comércio.</p>

<p>14. Percepção da Críticidade Financeira de Alunos do Ensino Médio sob a ótica da Educação Matemática (SILVA, A. J., 2018)/ “educação financeira”</p>	<p>Desenvolver e estimular em um grupo de alunos do Ensino Médio a participação crítica e social em questões financeiras.</p>	<p>Estudo de caso qualitativo</p>	<p>Observou-se postura mais crítica, consciente e reflexiva dos alunos quanto à economia e finanças após a realização das atividades, com maior perspicácia na análise das propagandas e o desenvolvimento de competências econômicas a partir da pesquisa de produtos da cesta básica.</p>
---	---	-----------------------------------	---

Fonte: As autoras (2019).

Abordagem metodológica: procedimento e natureza

Mediante a análise dos dados destacados relativos aos 14 estudos selecionados por meio da revisão sistemática realizada na base de dados contida no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, é possível verificar que, quanto ao paradigma metodológico dos estudos, 13 desses apresentaram abordagem de natureza qualitativa e apenas 1 teve abordagens de natureza qualitativa e quantitativa. A maioria das pesquisas selecionadas, 9 delas, utilizou o procedimento de *Estudo de Caso* (estudos 2, 3, 6, 9, 10, 11, 12, 13 e 14). Houve a conjugação dos procedimentos *Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental* em 3 estudos (4, 5 e 8). Também foram utilizados, individualmente, os procedimentos *Pesquisa Bibliográfica* (estudo 7) e *Pesquisa Ação* (estudo 1).

Objetivos e resultados: principais achados por categoria

Os dados relativos aos objetivos e resultados foram analisados mais detalhadamente, tomando-se por base os elementos contidos no Quadro 2, além do conteúdo presente na integralidade dos estudos selecionados, e à luz da mesma categorização que foi apresentada no item “*Categorização dos estudos*”. Nesse passo, seguem as análises realizadas a partir da sistematização dos dados e das temáticas, divididas por categorias e subdivididas em eixos, enfatizando os objetivos e os principais resultados de cada um dos estudos.

a) *Temas mais focalizados em Direito do Consumidor (estudos 2, 3, 4, 5, 7 e 8)*

Nessa categoria percebeu-se que alguns estudos estavam mais voltados para o fortalecimento dos instrumentos de defesa do consumidor (estudos 2, 5 e 8), enquanto que os demais deram ênfase às temáticas de crédito e endividamento (estudos 3, 4 e 7) e a sua inter-relação com o Direito do Consumidor.

a.1) *Instrumentos de defesa do consumidor (estudos 2, 5 e 8)*

A investigação do movimento em defesa do consumidor presente na plataforma Reclame Aqui foi o objeto do estudo 2 (ALBUQUERQUE, 2015), e seus principais achados foram que a plataforma colaborativa Reclame Aqui exerce papel fundamental para o movimento em defesa do consumidor no século 21, confirmando a função do Direito como impulsionador da construção desse espaço de defesa no ciberespaço.

O estudo 5 (GOMES, 2015) objetivou a análise do modo como se efetiva, pela administração pública, o direito fundamental de defesa do consumidor. Como resultados,

verificou-se que, muito embora a administração pública realize, no plano físico, várias atividades de defesa dos vulneráveis – por meio de Agências Reguladoras, Procon ou Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – é necessária a adoção de medidas para a proteção nos espaços digitais, acompanhando a evolução, com a concretização dos direitos fundamentais desses vulneráveis e o equilíbrio no mercado econômico.

Já o estudo 8 (WADA, 2017) encarregou-se da sistematização da proteção do consumidor contra práticas comerciais abusivas e apresentou proposta de aplicação para assegurar o desenvolvimento e a efetiva defesa dos consumidores. Como resultado, concluiu-se que a sistematização do regime de proteção do consumidor contra as práticas comerciais abusivas é possível e necessária, e que a elaboração de programa normativo permite uma nova abordagem para o Direito do Consumidor.

a.2) O Direito do Consumidor com ênfase no Consumo Consciente (estudos 3, 4 e 7)

O objetivo principal do estudo 3 (CARVALHO, 2015) foi a análise do indivíduo e suas decisões econômicas a partir da economia comportamental. Os resultados da pesquisa identificam a existência de um processo de endividamento e superendividamento no qual o indivíduo se insere, influenciado pelo seu meio. Tudo isso para sentir-se pertencente a uma nova sociedade que busca o luxo e o superluxo, culminando em um colapso econômico. Identificou-se também a necessidade de uma abordagem do Direito que seja econômica e comportamental, sendo também necessária a revisão das normas consumeristas brasileiras, no sentido de atender a essa nova realidade e promover a proteção ao consumidor superendividado.

Realizou-se no estudo 4 (BATISTA, 2015) a análise e a demonstração da possibilidade da proteção social do consumidor vulnerável por meio da efetivação das normas consumeristas, enfatizando os efeitos socioeconômicos da sociedade de consumo. A pesquisa concluiu que a efetivação das normas que regulamentam a relação de consumo é essencial para a proteção do consumidor vulnerável. Além disso, identificou-se que o principal desafio na defesa do consumidor é a sua conscientização quanto à real necessidade de aquisição de produtos e serviços, além da distribuição correta das obrigações entre fornecedor e consumidor.

O estudo 7 (CARQUI, 2016), por sua vez, dedicou-se a apresentar a necessidade de uma nova concepção do crédito, tridimensional: como Direito do Consumidor, como dever do fornecedor e também como princípio jurídico capaz de promover a tutela da dignidade da pessoa humana. Conclui que a construção de um direito emancipatório depende da concretização da valorização das relações de crédito – com a imposição de responsabilidade e critérios de solidariedade na relação entre contratante e contratado – pelo princípio do crédito responsável.

b) Temas mais focalizados em relação ao Consumo/Consumismo (estudos 6, 9, 11 e 13)

Nos estudos alocados nessa categoria, percebeu-se que a maioria preocupou-se em munir os estudantes de ferramentas de conscientização quanto ao consumismo e o consumo consciente (estudos 6, 11 e 13), enquanto que um deles tratou da análise do consumo (estudo 9).

b.1) Ferramentas para lidar com o Consumismo (estudos 6, 11 e 13)

O estudo 6 (FERNANDES, 2016) teve por objeto a investigação quanto à possibilidade de ser satisfatória a contribuição do ensino de Matemática Financeira contextualizado à vida dos alunos para a sua aprendizagem e formação crítica. Os resultados apresentados demonstraram que houve uma notória facilidade de interpretação das questões identificada na avaliação final da disciplina de Matemática, tendo o diálogo entre alunos e professor operado como cognitivo, validando o conhecimento. Embora não tenha sido possível aferir se a totalidade de alunos assumiu uma postura contrária à sociedade de consumidores, ao menos lhes foi possibilitado conhecer conceitos de transações econômicas, e alertá-los da existência de uma política capitalista que tem por objetivo massificar a sociedade por meio do consumo e da insaciabilidade.

O escopo do estudo 11 (MASSANTE, 2017) foi a elaboração de um produto educacional constituído por um conjunto de tarefas para estudantes do Ensino Médio, com foco na discussão sobre as armadilhas da mídia que estimulam o consumismo desenfreado. As conclusões do estudo demonstraram que a inserção de textos para estímulo da leitura e interpretação superou as expectativas, revelando bons leitores, capazes de identificar e questionar as mensagens subliminares e assumir uma postura crítica em relação a essas armadilhas de consumo.

Já o estudo 13 (SILVA, 2017) objetivou o desenvolvimento de um conjunto de tarefas para o Ensino Médio para ensinar sobre os riscos e as armadilhas presentes no comércio e que buscam estimular o consumo, com ciladas voltadas aos consumidores. A conclusão foi de que o conjunto de tarefas mostrou-se adequado aos propósitos da pesquisadora, pois as alunas mostraram-se interessadas e também despertas para as armadilhas, tendo sido inclusive surpreendidas por algumas delas.

b.2) Análise sobre o consumo (estudo 9)

O estudo 9 (ZDRADEK, 2017) buscou compreender como o consumo, por meio de diversos artefatos culturais, educa e produz as juventudes em tempos líquidos. Os resultados revelaram que os lugares convencionados de comunicação em rede sugerem que os corpos jovens em convenções digitais trabalham como produtivas máquinas de ver-se, comunicar-se, expressar-se e adotar ou rechaçar estilos e modos de ser que lhe tragam a satisfação dos desejos e das necessidades priorizados a partir da lógica do consumo.

Temas mais focalizados para a Educação Financeira (estudos 1, 10, 12, 14).

Nos estudos categorizados nesse eixo, identificou-se a preocupação com o enfoque pedagógico da educação financeira, com ênfase nos conteúdos curriculares que com ela pudessem ser relacionados, mais especificamente a Matemática e a Matemática Financeira.

O estudo 1 (AMORIM, 2014) construiu, realizou e aplicou duas Sequências Didáticas com temas da Educação Financeira, além de ter avaliado a postura dos alunos diante de questões que envolviam situações reais relacionadas às finanças. Seus

resultados demonstraram que houve sucesso na apreensão e aplicação, pelos alunos, dos conceitos propostos por meio das Sequências Didáticas desenvolvidas. Quanto à avaliação das Sequências Didáticas, foram consideradas de fácil aplicação e adaptáveis à realidade de diversos públicos, tais como o ensino regular e a EJA, modalidades que apresentam carência de materiais específicos.

O estudo 10 (VILLA, 2017) ocupou-se de apresentar uma sequência didática na área de educação financeira para o Ensino Médio, aliando os conteúdos teóricos de Matemática aos aplicados na educação financeira. Visou também a contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas, reflexivas e autônomas dos estudantes para o bom uso do sistema financeiro e as tomadas de decisão conscientes acerca de suas práticas financeiras. Como resultados, os estudantes demonstraram compreensão dos conceitos estudados e o desenvolvimento de habilidades como a capacidade de contribuir para a economia familiar por intermédio do consumo consciente. Além disso, a sequência didática auxiliou no desenvolvimento de ferramentas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças pessoais, que, entre outras habilidades, os ensinou a evitar situações de endividamento e os ajudou a reduzir a possibilidade de caírem em fraudes.

A pesquisa acerca do ensino do tema inflação de preços em salas de aula de Matemática para estudantes do ensino Médio foi o objeto do estudo 12 (SANTOS, 2017), com o desenvolvimento de tarefas para que o tema pudesse ser trabalhado. As conclusões da pesquisa apontam para o alcance dos objetivos, com a efetiva discussão e produção de significados sobre inflação e desvalorização do dinheiro. Foram identificadas, no entanto, algumas dificuldades para o desenvolvimento das tarefas, superadas pela própria ordem de sua apresentação, o que foi considerado um obstáculo epistemológico pelo pesquisador.

Por sua vez, o desenvolvimento e o estímulo à participação crítica e social de alunos do Ensino Médio em questões financeiras constituiu o objetivo do estudo 14 (SILVA, 2018). Como resultado, verificou-se a adoção pelos estudantes de uma postura mais crítica, consciente e reflexiva quanto à economia e às finanças. Ademais, uma maior perspicácia na análise de propagandas foi identificada, além do desenvolvimento de competências econômicas e de senso de responsabilidade e compromisso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do tipo revisão sistemática apresentado, realizado a partir da base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, possibilitou o mapeamento do conhecimento acadêmico já elaborado nos campos do Direito do Consumidor, Consumismo e Educação Financeira, com ênfase no ensino dessas temáticas.

Foram analisadas produções acadêmicas do tipo dissertação e tese, observando-se que a amostra final considerada contou com um número de 14 trabalhos de pesquisa, entre esses: 2 teses de Doutorado e 12 dissertações de Mestrado.

Em relação à abordagem metodológica, verificou-se que a abordagem qualitativa esteve presente na maioria dos estudos e o procedimento de preferência foi o estudo de caso na maior parte dos trabalhos. Quanto ao referencial teórico, identificou-se a predominância dos conceitos apresentados pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman,

tendo constado na maioria dos estudos selecionados. Outros autores mencionados com certa frequência nos estudos foram o educador brasileiro Paulo Freire, o professor doutor dinamarquês Ole Skovsmose e o professor doutor brasileiro Romulo Campos Lins.

Cada uma das dissertações e teses foi exaustivamente examinada, tendo sido possível traçar um panorama a partir dessa análise mais detalhada. A seleção e revisão das temáticas permitiu categorizar os 14 estudos em 3 categorias: Temas mais focalizados para o Direito do Consumidor (6 estudos), Temas mais focalizados em relação ao Consumo/Consumismo (4 estudos) e Temas mais focalizados para a Educação Financeira (4 estudos).

A compreensão integrada dos objetivos de pesquisa e a posterior análise foram possibilitadas pela subdivisão em eixos para as duas primeiras categorias, não tendo sido necessária essa divisão para a terceira categoria, pelo fato de essa agregar apenas estudos com temáticas afins. A subdivisão em eixos, agrupando os trabalhos por similaridade de conteúdo favoreceu a descrição dos resultados, pois alguns destes, embora provenientes de trabalhos de pesquisa distintos, são aspectos diferenciados de um mesmo tema central.

Na categoria dos temas mais focalizados para o Direito do Consumidor, evidencia-se a carência de pesquisas com foco no ensino do Direito do Consumidor. Conforme mencionado no percurso metodológico, em relação ao descritor “direito do consumidor”, isso foi demonstrado até mesmo pela ausência das opções por área de conhecimento, voltadas ao ensino ou educação na base de dados quando pesquisado o referido descritor.

Além disso, o que se observou na análise dos estudos dessa primeira categoria foi que esses não apresentaram nenhum dos outros descritores utilizados nesta pesquisa, demonstrando a ausência de iniciativas de se trabalhar o assunto de modo integrado aos temas Consumismo/Consumo ou Educação Financeira.

Quanto ao conteúdo presente nessa categoria, observou-se uma divisão equânime entre os eixos: metade dos trabalhos (4 estudos) voltaram-se para os instrumentos de defesa do consumidor e a outra metade (4 estudos) para as temáticas de crédito e endividamento. Isso demonstra que o Direito do Consumidor tem sido objeto de estudos com horizontes ampliados, e não apenas tendo por base a legislação pura e simplesmente, mas em um contexto que também leva em consideração os contextos sociais e econômicos, em conjunto com as problemáticas que se apresentam.

Destaca-se que, diferentemente dos resultados obtidos com o descritor “direito do consumidor” – da primeira categoria – que não apresentaram resultados em comum com os demais descritores, em relação à segunda e terceira categorias – dos descritores “consumismo/consumo” e “educação financeira” – houve uma sobreposição de resultados, haja vista que algumas pesquisas constaram como resultado em mais de um dos demais descritores. Para categorizar os trabalhos, nesse caso optou-se por alocá-los na categoria que tivesse maior relação com a essência da pesquisa em questão.

Quando analisados os estudos da segunda categoria, que se dedicou aos temas mais focalizados para o Consumismo/Consumo, observou-se a predominância de temas

ligados ao desenvolvimento de ferramentas para lidar com o Consumismo (3 estudos) e apenas 1 estudo ocupou-se da análise sobre o consumo. Isso demonstra uma necessidade real de se promoverem ações que incentivem o desenvolvimento de uma consciência de consumo e de um olhar crítico em relação ao consumismo.

Já no tocante à terceira categoria, cujo cerne foi a abordagem dos temas mais focalizados em Educação Financeira, verificou-se uma uniformidade nos conteúdos, visto que todos os estudos dedicaram-se ao desenvolvimento de tarefas para promover o ensino de Educação Financeira conjugado com outras disciplinas, como Matemática e Matemática Financeira. Chama a atenção que, mesmo nesses estudos voltados à Educação Financeira, surgiram reflexões e discussões sobre o Consumismo/Consumo, pois o planejamento financeiro e a adoção de uma postura crítica são igualmente parte da equação quando se estuda um cenário de endividamento, por exemplo.

Pelo exposto, após a análise dos trabalhos de pesquisa que compuseram a amostra estudada, conclui-se que, ao mesmo tempo em que há escassez de pesquisas voltadas ao ensino do Direito do Consumidor, ainda constata-se a total ausência de integração dessa temática com o ensino das temáticas Consumismo/Consumo e Educação Financeira.

Evidencia-se, pois, a relevância da proposta da pesquisa de Mestrado cujo recorte aqui se apresenta, de se desenvolver um produto educacional que auxilie a promover o aprendizado dos temas Direito do Consumidor e Consumismo/Consumo de maneira interdisciplinar, incluindo também a Educação Financeira como tema transversal, sem perder de vista a relevância de se trabalharem esses temas de modo aderente à realidade dos estudantes, para que o aprendizado seja traduzido em uma real capacidade de agir na realidade, promovendo a cidadania.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só se tornou possível com o apoio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Reitoria, por meio de suas ações de capacitação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Julliane Santos Lopes de. *Reclame Aqui: a sociedade de consumo e o direito do consumidor como instrumento de mobilização social no século XXI*. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3461033. Acesso em: 23 jan. 2019.
- AMORIM, Michelle Ribeiro. *Educação matemática financeira por meio de sequências didáticas: estudo de caso sobre duas aplicações cotidianas*. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, ES, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1310169. Acesso em: 16 abr. 2019.
- AULETE, Caldas. *Aulete Digital* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, on-line. 2021. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/consumismo>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BATISTA, Daniela Ferreira Dias. *A efetivação das normas de consumo como fator de proteção social*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação de Ensino “Eurípides Soares Da Rocha”, Marília, SP, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2820694. Acesso em: 4 fev. 2019.

- BAUMAN, Zigmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (livro eletrônico). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537807705/>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 maio 2019.
- BRASIL. *Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília: Senado Federal; Legislação Republicana Brasileira, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em: 6 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Consumidor.gov.br*. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC. 2021. Disponível em: <https://www.consumidor.gov.br/pages/conteudo/publico/6>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- CAMPOS, Celso Ribeiro; TEIXEIRA, James; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica. *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 556-577, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/25671>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- CANTELMO, Fernando. *A tutela do estado ao direito do consumidor: legislação consumerista, agências reguladoras e a responsabilidade estatal*. São Paulo: Editora do Autor: 2021. (livro eletrônico). Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/A_Tutela_do_Estado_ao_Direito_do_Consumi/LDkxEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 22 dez. 2021.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- CARQUI, Vagner Bruno Caparelli. *Princípio do crédito responsável: evitabilidade do superendividamento e promoção da pessoa humana na sociedade de consumo*. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4851426. Acesso em: 10 fev. 2019.
- CARVALHO, Diogenes Faria de. *Consumo e (super)endividamento: vulnerabilidade e escolhas intertemporais*. 2015. 126 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3334228. Acesso em: 2 fev. 2019.
- FERNANDES, Pamela Franco. *Educação matemática financeira: uma abordagem socioeconômica no 2º Ano do Ensino Médio Politécnico*. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Franciscana, Santa Maria, RS, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3048433. Acesso em: 15 abr. 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- GOMES, Ana Paula Maria Araujo. *A defesa administrativa do consumidor: um caminhar no espaço físico e virtual*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2763443. Acesso em: 4 fev. 2019.
- LORDELO, João Paulo. Breve histórico do Direito do Consumidor e origens do Código de Defesa do Consumidor. *Meu Site Jurídico*, 2019. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/05/08/breve-historico-direito-consumidor-e-origens-codigo-de-defesa-consumidor/>
- MASSANTE, Katyane Anastacia Samoglia Costa Capichoni. *Educação financeira escolar: as armadilhas presentes na mídia induzindo o consumismo*. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5215431. Acesso em: 14 mar. 2019.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para a América Latina e o Caribe. *Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira*. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5BPT%5D%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.

SANTOS, Leandro Gonçalves dos. *Educação financeira e educação matemática: inflação de preço no Ensino Médio*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6116603. Acesso em: 14 abr. 2019.

SILVA, Anderson José. *Percepção da criticidade financeira de alunos do Ensino Médio sob a ótica da educação matemática*. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Em Ciências E Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vila Velha – ES, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6379332. Acesso em: 14 abr. 2019.

SILVA, Vivian Helena Brion da Costa. *Educação financeira escolar: os riscos e as armadilhas presentes no comércio, na sociedade de consumidores*. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5216302. Acesso em: 12 abr. 2019.

SKRYPYCSAK, Daniel; FRANZEN, Douglas Orestes. Educação em valores morais numa perspectiva transdisciplinar. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 34, n. 109, p. 90-103, 2019. DOI: 10.21527/2179-1309.2019.109.90-103. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7782>. Acesso em: 15 fev. 2020.

VIEIRA, Maria Clarisse; ROCHA, Cristiano Cesário. Concepções pedagógicas de professores/as da educação de jovens e adultos sobre a interdisciplinaridade. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 33, n. 106, p. 41-55, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.106.41-55. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7754>. Acesso em: 15 fev. 2020.

VILLA, Laercio. *Educação financeira no Ensino Médio: uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel*. 2017. 62 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5276198. Acesso em: 16 abr. 2019.

WADA, Ricardo Morishita. *A proteção do consumidor contra as práticas comerciais abusivas no código de defesa do consumidor: novo ensaio para sistematização e aplicação do direito do consumidor*. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5619840. Acesso em: 15 fev. 2019.

ZDRADEK, Ana Carolina Sampaio. *Olha o meu Post! Juventudes em tempos líquidos: um estudo sobre consumo e artefatos culturais das mídias digitais*. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5002840. Acesso em: 10 mar. 2019.

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0